

De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial¹

*Carla Maria Carvalho de Almeida**

Resumo

Este trabalho tem como tema mais abrangente a análise da estrutura produtiva da capitania de Minas Gerais no período de 1750 a 1822. Procuramos lançar luz sobre as possibilidades econômicas que se abriram para a capitania no momento de crise da mineração, privilegiando a análise comparativa das comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes, por serem representativas das distintas opções econômicas existentes na capitania naquele momento.

Palavras-chave: Minas Gerais - Escravidão - Economia colonial - Diversificação econômica

1. Evolução demográfica e econômica em perspectiva

Já se consolidou na historiografia dos últimos anos a importância das atividades voltadas para o mercado interno para a compreensão da complexidade da sociedade colonial. Por isso mesmo, no caso específico de Minas Gerais, tornou-se fundamental olhar com cautela a noção de decadência econômica que foi tão mecanicamente utilizada para caracterizar a capitania por ocasião da efetiva queda na produção de ouro já sentida nos anos finais da década de 40 do século XVIII. São abundantes os trabalhos que apontam para a grande diversificação das atividades produtivas e o dinamismo interno da capitania mesmo após a crise da produção de ouro².

¹ Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, Cultura e Poder da UFJF.

No decorrer da segunda metade do século XVIII, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia da capitania, anteriormente ocupado pelo ouro. Expressa bem a situação da capitania nesse período o comentário feito ainda 1769 por João Caetano Soares Barreto, provedor da Fazenda Real das Minas, em carta a Francisco Xavier de Mendonça Furtado dando conta do estado da capitania. Segundo o provedor,

*"(...) Nesta capitania se tem no presente ano semeado muito trigo, que agora está tomando grão, e **houve bastante milho, e mais gêneros da terra, só os mineiros se queixam da falta de ouro**, e assim o mostra a fundição."*²³

Ou seja, embora a coroa Portuguesa ainda insistisse em ter o ouro como carro chefe da economia e não admitisse a possibilidade do declínio da produção, o fato é que, alguns contemporâneos ligados à administração colonial já nesta ocasião se davam conta de que os produtos voltados para o abastecimento interno apareciam cada vez mais como alternativa econômica viável para os habitantes da região.

Decorrente deste rearranjo interno de atividade principal se verificaria uma redistribuição interna da população e dos recursos econômicos. Freguesias até então extremamente produtivas e em constante crescimento populacional, dariam lugar a outras que até então possuíam reduzido número de habitantes e menor interesse econômico, fosse para a coroa, ou para os habitantes das Minas. Assim, o peso das quatro comarcas da capitania também se alteraria sensivelmente, tanto em termos da proporção da população nelas residente, quanto em relação à arrecadação que eram capazes de gerar para a administração colonial.

O propósito deste artigo é tornar visível este movimento que se delineou nas Minas a partir da segunda metade do século XVIII, com base em diferentes corpus documentais. Trabalharemos inicialmente com os dados gerais relativos à população. Para isto, estaremos usando um conjunto de mapas estatísticos ainda pouco utilizado pela historiografia que se encontra na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino referente à capitania de Minas Gerais e também dados estatísticos já bastante citados e trabalhados por outros autores. Posteriormente apresentaremos alguns resultados obtidos a partir de uma amostragem de inventários *post-mortem* existentes nos arquivos da Casa Setecentista de Mariana (CSM), do Museu Regional de São João Del Rei (MRSJDR) e da Casa do Pilar de Ouro Preto (CPOP).

Antes de passarmos a analisá-los, são necessários alguns alertas metodológicos. Os dados estatísticos relativos à população e à arrecadação dos dízimos usados em grande parte deste capítulo, provêm de fontes de diversas naturezas o que, por si só, inviabilizaria sua utilização comparativa. No entanto, na ausência de fontes de caráter geral mais confiáveis e homogêneas e, não sendo nosso objetivo o estabelecimento de conclusões taxativas a respeito de tais temas, mas tão somente a visualização de algumas tendências, nos pareceu pertinente utilizar tais documentos comparativamente. Feito este alerta, vejamos o que podemos obter de tais dados.

Tabela 1
Crescimento da população total da capitania de Minas Gerais por comarcas (1767-1776)

Comarcas	1767		1776		Crescimento
	N.absolutos	%	N.absolutos	%	
CVR	60.249	28,9	78.618	24,8	30,50%
CRM	49.485	23,7	82.781	25,8	67,30%
CRV	69.328	33,2	99.576	31,1	43,60%
CSF	29.538	14,2	58.794	18,3	99,00%
TOTAL	208.600	100	319.769	100	53,30%

Legendas: CVR: Comarca de Vila Rica; CRM: Comarca do Rio das Mortes; CRV: Comarca do Rio das Velhas; CSF: Comarca do Serro Frio.

Fontes: 1- "Mapa geral de fogos, filhos, filhas, escravos e escravas, pardos forros e pretos forros agregados, clérigos, almas, freguesias, vigários, com declaração do que pertence a cada termo e total, e geral de toda a Capitania de Minas Gerais, tirado no ano de 1767".- AHU/MAMG, cx.93, doc.58

2- *RAPM*, 2:511. *Apud*: CARRARA, Ângelo Alves. *Op. Cit.*, p.65.

Os dados da tabela 1 revelam o início das alterações que seriam ainda mais aprofundadas nas décadas finais do século XVIII e que definiriam um perfil da capitania completamente distinto nas primeiras décadas do século XIX. Ou seja, no período de 1767 a 1776 podemos perceber que, em números absolutos, todas as comarcas tiveram sua população aumentada, mas a maior concentração dessa população começaria a ser verificada nas Comarcas do Rio das Mortes e na do Rio das Velhas. A comarca de Vila Rica foi a que teve o menor crescimento populacional, e a do Serro Frio seguida da comarca do Rio das Mortes, as que sofreram maior incremento. Neste período, a população da comarca do Serro Frio praticamente duplicou, passando de 29.538 habitantes em 1767 para 58.794 em 1776. Um crescimento de 99%!

No entanto, nas quatro décadas seguintes, a tendência de crescimento populacional da comarca do Serro Frio seria bem mais modesta quando comparado ao da comarca do Rio das Mortes que se confirmaria e se mostraria surpreendente (tabela 3). Acompanhando

o crescimento da população verificado entre o ano de 1776 e 1821, verificamos que na Comarca do Rio das Mortes a população cresceu 158,05% enquanto a do Serro Frio teve um crescimento de 42,18%. Ou seja, a média/ano do crescimento populacional da CRM foi de 3,5% e a da CSF não passou de 0,94% ficando muito próximo dos 0,93% de crescimento da CRV. Somente a região da comarca de Vila Rica teria crescimento negativo, -0,08% ano Além disso, o mais importante para o que nos interessa, é a constatação de que, em 1821 a região do Rio das Mortes apresentava a maior concentração populacional da capitania, 41,5%.

Os dados sobre a concentração da população escrava por comarca complementam e tornam este movimento ainda mais revelador.

Tabela 2
Distribuição % da população escrava da capitania de Minas Gerais por comarca (1723-1767)

Comarcas	1723 ¹		1735 ¹		1749 ¹		1767 ²	
	CVR	23.398	54,7%	47.755	49,5%	39.278	44,5%	38.647
CRM	7.048	13,1%	14.400	14,9%	13.711	15,5%	26.891	21,2%
CRV	14.739	27,5%	24.284	25,1%	28.317	32,1%	43.027	34,0%
CSF	2.522	4,7%	10.102	10,5%	6.980	7,9%	18.038	14,3%
Totais	53.707	100	96.541	100	88.286	100	126.603	100

Fontes: 1-Dados obtidos a partir dos registros da capitação. *Apud*: CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais(1674-1807)*. Rio de Janeiro, 1997. Tese de Doutorado DH-UFRJ, p.63.

2-"Mapa geral de fogos, filhos, filhas, escravos ..." - AHU/MAMG, cx.93, doc.58

Analisando a tabela 2, percebemos que houve uma profunda alteração na distribuição da população escrava entre as comarcas ao longo do tempo. Dos anos iniciais da ocupação da capitania, quando o ouro era o "carro chefe da economia", até meados do século, a Comarca de Vila Rica concentrou a maior parte da mão-de-obra escrava, ainda que seguindo uma tendência de queda em relação às demais comarcas. No entanto, os dados sobre a distribuição da população escrava de 1767 mostram como a crise da produção do ouro afetaria drasticamente o equilíbrio entre as comarcas, tornando aquelas mais dedicadas à agropecuária, as mais propensas a se tornarem maiores concentradoras da população cativa. No caso da comarca do Rio das Velhas foi isso que, já nesta época, se manifestara. Em 1767, Rio das Velhas era a comarca com maior número de escravos, 34% de todos os cativos da capitania. Mas, em números absolutos, entre 1749 e 1767, foi Rio das Mortes a comarca que apresentou o

maior crescimento de sua população escrava. Neste período, a comarca do Rio das Mortes teve sua população escrava aumentada em 96%, a do Rio das Velhas em 52%, enquanto a de Vila Rica sofreu uma queda de 1,6%.

Quando olhamos para os dados disponíveis para o início do século XIX (tabela 3), esse movimento deixa de ser uma tendência e se revela uma realidade de fato. Ou seja, a comarca do Rio das Mortes, essencialmente vinculada à produção agropecuária e profundamente ligada ao mercado do Rio de Janeiro, seria a partir de então a maior concentradora da população total da capitania. Como já apontado acima, pelas estimativas do Barão de Eschwege, em 1821, 41,5% da população total, 38,7% da população livre, e 46,7% dos escravos de Minas Gerais viviam na comarca do Rio das Mortes. Contrariamente, a comarca de Vila Rica, anteriormente a maior concentradora populacional, registrava nesta ocasião o menor número de habitantes da capitania. O eixo da economia da capitania havia sido definitivamente alterado.

Tabela 3
Distribuição da população da capitania de Minas Gerais por comarcas - 1821

Comarcas	População Total		Livres		Escravos	
	n.absolutos	%	n.absolutos	%	n.absolutos	%
CVR	75.573	14,7%	48.637	14,6%	26.936	14,8%
CRM	213.617	41,5%	128.622	38,7%	84.995	46,7%
CRV	141.312	27,5%	96.015	28,9%	45.297	24,9%
CSF	83.592	16,3%	58.952	17,8%	24.640	13,6%
Totais	514.094	100	332.226	100	181.868	100

Fonte: ESCHWEGE, Wilhem L. von. Notícias e reflexões estatísticas sobre a Província de Minas Gerais. *RAPM*, v.4, n.4, 732-62, 1899.

Outra observação importante a ser feita quanto a composição populacional da capitania de Minas, diz respeito a importância cada vez maior que assume a população livre na região. Quanto a isto, todas as comarcas foram igualmente afetadas. Olhando para os dados da tabela 4 percebemos que, se em 1767 o percentual de escravos variou de 54,3% (CRM) a 64,1% (CVR) no conjunto da população, em 1821 não ocupava mais que 39,8% (CRM), chegando no Serro Frio a representar menos que 30% da população total. Também é importante observar que, embora a comarca de Vila Rica tenha sofrido uma constante perda populacional, ainda assim continuou a manter um significativo percentual de escravos no conjunto de sua população comparativamente às demais

(35,6%), só perdendo para a do Rio das Mortes que apresentava uma taxa de 39,8% de seus habitantes compostos por escravos.

Mais interessante ainda é observar que a diminuição percentual da mão-de-obra servil no conjunto da população não decorreu da diminuição do número absoluto de escravos na capitania, já que este esteve em aumento contínuo durante todo o período, mas sim, do surpreendente crescimento da população livre. No intervalo de 54 anos que separam os dois anos para os quais temos informações, a população escrava cresceu 43,65%, ao passo que a população livre atingiria a fantástica taxa de crescimento de 305,17%. Estes dados revelam a importância cada vez maior que a mão-de-obra livre passou a ter na capitania, apontando para a existência de um grande número de unidades produtivas atuando com base na mão-de-obra familiar⁴.

Tabela 4
% de escravos no conjunto da população
das quatro comarcas da capitania de Minas Gerais
(1767-1821)

Comarcas	1767 ¹			1821 ²		
	Pop. total	Pop.escrava	%	Pop. total	Pop.escrava	%
CVR	60.249	38.647	64,1%	75.573	26.936	35,6%
CRM	49.485	26.891	54,3%	213.617	84.995	39,8%
CRV	69.328	43.027	62,1%	141.312	45.297	32,1%
CSF	29.538	18.038	61,1%	83.592	24.640	29,5%
Capitania	208.600	126.603	60,7%	514.094	181.868	35,4%

Fontes: 1- Mapa geral de fogos, filhos, filhas, escravos- AHU/MAMG, cx.93, doc.58

2- ESCHWEGE, Wilhem L. von. Notícias e reflexões estatísticas sobre a Província de Minas Gerais. *RAPM*, v.4, n.4, 732-62, 1899.

O movimento de rearticulação interna da população na capitania de Minas, que viemos tentando demonstrar, também se manifestaria no interior das comarcas e dos termos. Ângelo Carrara, utilizando-se do rol de confessados dos termos de Mariana e Sabará, apresenta dados sobre a população de várias freguesias que nos permite exemplificar melhor esta situação. Tomando o termo de Mariana como exemplo (tabela 5), verificamos que algumas freguesias – aquelas com tendência a uma maior especialização na mineração –, sofreram uma considerável perda populacional. Foi este o caso das freguesias do Inficionado, São Caetano, São Sebastião, Sumidouro, Antônio Pereira e, em menor medida, Camargos e Barra Longa.

Por outro lado, algumas localidades registraram crescimento em sua população. Foi esse o caso de Furquim, Piranga e Rio Pomba. Exatamente aquelas freguesias histórica e geograficamente mais apropriadas para o de-

envolvimento das atividades agropecuárias. As duas últimas estavam situadas na região da Zona da Mata. Como o próprio nome sugere, a Zona da Mata foi assim chamada devido à densa floresta de mata atlântica que cobria a região até o final do século XVIII e início do XIX, o que a tomava uma área apropriada para a expansão das atividades agro-pastoris.

A freguesia de Barra Longa aparece como um caso mais específico, já que apresentou uma constante oscilação entre queda e crescimento da população ao longo do período. Barra Longa pode ser considerada uma das freguesias onde a diversificação produtiva foi mais freqüente, sendo comum as propriedades que conjugavam a produção agropecuária com a mineração. É possível que seja exatamente essa característica que explique tal oscilação.

Com os dados de que dispomos fica difícil comprovar que tenha havido um deslocamento de habitantes de antigas freguesias mineradoras para outras que apresentavam maior vocação para a agropecuária⁵. Mas talvez seja possível sugerir, já que, no termo de Mariana a freguesia que teve maior perda populacional foi exatamente aquela mais atrelada à mineração, Inficionado, que de 7.632 pessoas registradas no rol de confessados de 1780, passou a somente 3.692 no registro de 1798 (-51,6%). E a freguesia que mais cresceu, foi aquela mais apropriada ao desenvolvimento da agropecuária, Rio Pomba, que de 1.179 habitantes registrados em 1780, passou a 4.815 em 1800 (+ 308,4%).

Tabela 5
População registrada no rol de confessados do termo de Mariana (1780-1808)

	Inficionado	São Caetano	São Sebastião	Sumidouro	Antônio Pereira	Camargos	Barra Longa	Furquim	Piranga	Rio Pomba
1780	7.632	3.213	968	4.402	1.648		3.427		10.087	1.179
1781		2.318	973	4.402		997		3.219	10.129	1.272
1782				4.159	1.482		3.892	3.452	10.343	1.535
1783	3.834	2.183	1.000	4.456	1.533			3.550	10.396	1.660
1784	3.951	2.055	979	4.249	1.540		3.822	3.408	10.573	1.760
1785			1.045	4.461	1.604			3.308	10.731	1.911
1786				4.397	1.514		3.730	3.308	10.867	2.058
1787				4.436	1.543		4.002	3.408	10.720	2.089
1788				4.406				3.417	10.572	2.319
1789			890	4.158	1.594			3.552	10.872	2.580
1790				4.106			3.468	2.916	10.939	2.723
1791			1.087	4.005	1.595		3.383	3.826	11.091	2.829
1792			841	4.050	1.513		3.383		11.124	2.968
1793			845	4.061	1.408	1.170	3.208	3.712	11.202	3.278
1794			838		1.563		3.119	3.628	10.937	3.415
1795				4.270			3.204	3.576	10.897	3.625
1796				4.504		1.196	3.120	3.536	11.078	
1797				4.007			3.120	4.521	11.365	3.787
1798	3.692		773	3.718		1.128	3.227	3.643	11.276	4.250
1799			763	3.994		980		3.675	10.642	
1800			805	3.640			3.807	3.765	10.906	4.815
1801		2.203	756	3.670				3.858	13.109	
1802			783					3.817	11.643	
1803			734					3.802	13.713	
1804			767					4.046	13.431	
1805			725					3.541		
1806								3.695		
1807								3.693		
1808							3.327	3.615		
*	- 2,9	- 1,5	- 1,0	- 0,8	- 0,4	- 0,1	- 0,1	+ 0,5	+ 1,4	+ 15,4

*Crescimento médio anual. Utilizando os dados de Carrara calculamos a taxa média de crescimento anual de cada freguesia. O cálculo foi feito levando em consideração o ano inicial e final para o qual temos informação sobre as diversas freguesias.

Fonte: CARRARA, *Op.cit.*, p.67.

De Vila Rica ao rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas Colonial

Locus: revista de história, Julz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 137-160, 2005

Tentemos agora mapear a distribuição das unidades produtivas agropecuaristas e mineradoras dentro da capitania e também a distribuição da mão-de-obra escrava entre estas atividades. Para isso, utilizaremos alguns dados esparsos sobre o número de roças, lavras e escravos nelas empregados numa tentativa de mapear esse movimento de mudança de eixo de atividade principal conjuntamente com a análise das regiões que mais se destacariam neste contexto.

Na documentação avulsa do Arquivo Histórico Ultramarino (MG), encontram-se juntos e organizados numa mesma capilha, uma série de mapas estatísticos contendo dados sobre diversos assuntos: demografia, sesmarias, dízimos, direitos das entradas, rendimentos das minas, cavalaria ligeira, dragões auxiliares e infantarias, número de roças, lavras e escravos nelas empregados, etc. Tais documentos parecem ser resumos elaborados a partir de informações mais detalhadas fornecidas pelos administradores coloniais e que, presumivelmente, foram organizados pelo Conselho Ultramarino em Portugal⁶. Embora não conste o local nem o autor dos “mapas-resumos”, logo abaixo ao quadro referente ao rendimento dos dízimos podemos ler o seguinte texto que nos faz supor terem sido elaborados em Portugal: *Além de muito que falta para avançar, segundo as notícias, que proximamente chegaram pela Nau dos quintos*⁷.

O quadro abaixo é uma transcrição de um dos documentos que compõe o conjunto acima descrito. Por ele podemos perceber as atividades produtivas predominantes em cada comarca e a sua capacidade de utilização da mão-de-obra escrava.

Quadro 1

“Resumo geral de roças, lavras, fazendas e escravos da Capitania de Minas Gerais, extraído em o ano de 1766, por Diogo Lobo da Silva, Governador e Capitão General da dita Capitania”

Comarcas	Roças	Escravos	Lavras	Escravos	Fazendas	Escravos
Vila Rica	1.236	9.966	929	14.617	-	-
R. Mortes	978	9.266	370	5.976	-	-
Sabará	1.396	8.262	571	11.189	174	1.112
Serro Frio	1.327	8.591	186	2.681	88	-
Total	4.937	36.085	2.056	34.463	262	1.112

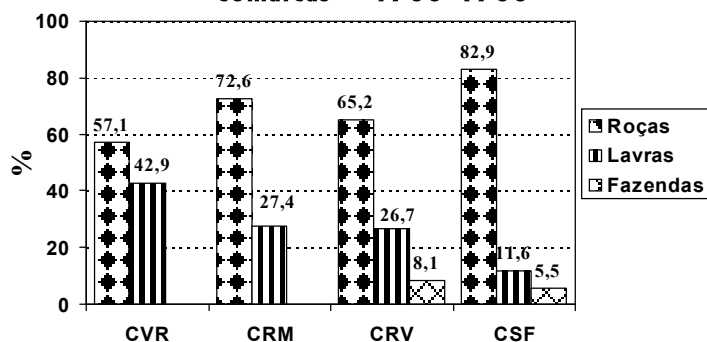
Fonte: AHU/MAMG, cx. 93, doc. 58.

Se compararmos os dados sobre o número absoluto de escravos deste quadro com os apresentados no “Mapa geral de fogos, filhos, filhas, escravos...”, trabalhados anteriormente, e que compõe

este mesmo conjunto de documentos, percebemos uma grande disparidade dos números absolutos. No “Mapa geral” de 1767, o total de escravos da capitania é de 126.603 ao passo que no “Resumo” o número de cativos é de 71.660. Esta disparidade se explicaria por um erro do(s) elaborador(es) do mapa resumo ou será que os 54.943 escravos (da diferença) estariam empregados em outras ocupações (urbanas ou domésticas, por exemplo)? A segunda hipótese nos parece mais plausível, mas não temos como comprová-la.

De qualquer modo, mais do que a confiabilidade dos números absolutos que o quadro apresenta, o que para nós é fundamental, é a possibilidade de pensar o peso relativo das atividades produtivas dentro de cada comarca, e o peso da mão-de-obra escrava em cada uma destas atividades.

Gráfico 1
% de roças, lavras e fazendas em Minas Gerais por comarcas - 1766 1766



Fonte: “Resumo geral de roças, lavras, fazendas e escravos.....” AHU/MAMG, cx. 93, doc. 58.

Pelo gráfico 1, fica claro que, as unidades produtivas dedicadas a agropecuária foram predominantes em todas as comarcas. Mesmo na comarca de Vila Rica onde a mineração havia sido a razão de ser de sua ocupação, eram as unidades classificadas como “roças”, numericamente superiores às “lavras”. É claro que, pela característica amplamente difundida da diversificação das unidades produtivas da região, é possível que algumas propriedades que também se dedicassem à mineração em menor proporção, fossem descritas como agrícolas, e vice-versa⁸. Se às “roças” juntarmos também as “fazendas”, o predomínio da agropecuária fica ainda mais marcante, chegando na comarca do Rio das Velhas a 73,3% das propriedades e na do Serro Frio a 88,4%. Além de revelar a importância que teve a agropecuária dentro da capitania, estes dados também sugerem que eram estas as atividades que estavam disponíveis a um maior número de pessoas. O acesso às “terras de cultura” devia ser bem mais possível para os pequenos proprietários do que às datas, tão disputadas. Além disso, exigia menor investimento em mão-de-obra escrava, como nos mostra a tabela 6.

Tabela 6

Nº. médio e % de escravos nas roças, nas lavras e nas fazendas, por comarca - 1766

Comarcas	Escravos na roça	No. médio	Escravos nas lavras	No. médio	Escravos nas fazendas	No. médio	Total de escravos
CVR	40,50%	8	59,50%	16	-	-	24.583
CRM	60,80%	9	39,20%	16	-	-	15.242
CRV	40,20%	6	54,40%	20	5,40%	6	20.563
CSF	76,20%	6	23,80%	14	-	-	11.272
Total	50,40%	7	48,10%	17	1,50%	6	71.660

Fonte: "Resumo geral de roças, lavras, fazendas e escravos...." AHU/MAMG, cx. 93, doc. 58.

Pela tabela 6 podemos perceber a distribuição da mão-de-obra entre as atividades principais de cada comarca. Em termos da capitania como um todo, verificamos que o plantel esteve quase que equitativamente distribuído entre a mineração e a agropecuária, 50,4% na mineração e 49,6% na agropecuária. Quanto às comarcas a distribuição se mostra bem mais diferenciada reafirmando o maior ou menor peso da agropecuária ou da mineração dentro de cada comarca. Como era de se esperar a maior concentração de escravos na mineração se verifica justamente na Comarca de Vila Rica, 59,5%. Já na comarca do Rio das Mortes 60,8% dos cativos estavam empregados nas atividades agropastoris. No caso do Serro Frio, é necessário considerar que a atividade mineradora teve maior peso do que estes dados indicam, já que a administração da extração dos diamantes definiu uma conformação muito específica da exploração mineral⁹.

Pelo número médio de escravos por atividade em cada comarca podemos perceber que embora a agropecuária tivesse sido capaz de utilizar amplamente a mão-de-obra escrava em todas as comarcas, chegando na comarca do Serro Frio a concentrar 76,2% do plantel, também fica evidente que a mineração teve muito mais condição, ou necessidade, de manter maiores plantéis. O número médio de escravos nas lavras variou entre 14 e 20, ao passo que nas roças atingia a média de 6 braços na comarca do Rio das Velhas e Serro Frio e de 9 na do Rio das Mortes.

A maior média apresentada pelas lavras da comarca do Rio das Velhas talvez possa ser explicada pela descoberta mais tardia das minas de Paracatu, no noroeste mineiro. Desde a década de 1720, a região do Rio das Velhas já vinha sendo ocupada, no entanto, foi na década de 1740 que esta região passou a ser mais intensamente povoada¹⁰. Segundo Renato Venâncio, em 1744, quando já estava oficialmente reconhecida a descoberta de metais preciosos, Paracatu também torna-se alvo dos grupos que fugiam de Diamantina em razão do decreto que estabelecia o monopólio metropolitano na extração dos diamantes¹¹.

O maior número médio de escravos nas roças do Rio das Mortes parece indicar uma maior tendência à mercantilização dessa produção agropecuarista. Além disso, deixando de lado o caso da comarca do Serro Frio onde a mineração seguiu padrões bastante específicos e, corroborando o que dissemos anteriormente, é interessante notar que, também no Rio das Mortes é que verificamos a maior concentração dos escravos nas atividades de agropecuária, 60,8%, ficando a mineração com 39,2% dos braços cativos.

Tabela 7

Distribuição % das roças, lavras, fazendas e escravos nelas empregados entre as quatro comarcas da Capitania de Minas Gerais - 1766

Comarcas	ROÇAS				LAVRAS				FAZENDAS			
	Roças		Escravos		Lavras		Escravos		Fazendas		Escravos	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
CVR	1.236	25	9.966	28	929	45	14.617	42	-	-	-	-
CRM	978	20	9.266	26	370	18	5.976	17	-	-	-	-
CRV	1.396	28	8.262	23	571	28	11.189	33	174	66	1.112	100
CSF	1.327	27	8.591	24	186	9	2.681	7,8	88	34	-	-
Total	4.937	100	36.085	100	2.056	100	34.463	100	262	100	1.112	100

Fonte: "Resumo geral de roças, lavras, fazendas e escravos...." AHU/MAMG, cx. 93, doc. 58.

Finalizando estas considerações sobre o peso das atividades agropecuarista e mineradora na capitania, percebemos que também a distribuição das roças e dos escravos nelas empregados, entre as comarcas, era relativamente equilibrada se comparamos com a distribuição das lavras e fazendas (tabela 7). Previsivelmente, a grande maioria das lavras da capitania se concentrava na comarca de Vila Rica (45,2%), seguida pela do Rio das Velhas que detinha 27,8% delas¹². Rio das Mortes ficava com 18% das unidades produtivas mineradoras e o Serro Frio com 9%. Ou seja, a comarca de Vila Rica detinha 36,2% mais propriedades classificadas como mineradoras do que o Serro Frio. No caso das propriedades agrícolas, a diferença entre a comarca maior concentradora das roças, Rio das Velhas, e a menor, Rio das Mortes, não passava dos 8,5%. O que nos faz concluir que, as atividades agro-pastoris estavam muito mais difundidas na capitania de Minas Gerais do que a mineração, contrariamente ao que a historiografia mais tradicional insistia em afirmar.

As comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes não apresentaram nenhuma propriedade classificada como "fazendas". O que confirma nossa suspeita de que, pelo menos nesse caso, o termo "fazendas" designava as grandes unidades pecuaristas do sertão, já que, eram as comarcas em que elas aparecem (Rio das Velhas e Serro Frio), as que possuíam "os sertões", região com reconhecida vocação para a grande propriedade pecuarista. Segundo Carrara:

De Vila Rica ao rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas Colonial

Locus: revista de história, Julz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 137-160, 2005

"No vasto território a que todos nomeavam 'sertões' a riqueza não se media simplesmente pelas terras de que se esperavam prósperos rendimentos agrícolas e pelos escravos. As fortunas mediam-se também pelo número de cabeças de gado, vacum ou cavalar."¹³

O autor cita uma série de exemplos de fazendas existentes nesta região em que o número de gado vacum chegava até a superar a média de animais presentes nos rebanhos da campanha de Buenos Aires e do Rio Grande do Sul, regiões tradicionalmente pecuaristas. Em Buenos Aires, entre 1751 e 1815, a média de animais por rebanho era de 790, e no Rio Grande, entre 1765 e 1825, este número chegava a 995 cabeças.¹⁴ Embora não tenhamos o número médio de animais das propriedades pecuaristas dos sertões mineiros, há exemplos que permitem supor sua aproximação com as regiões citadas anteriormente. Este era o caso, da fazenda de D. Catarina Perpétua da Fonseca situada no sertão do Rio Verde, que em 1752 possuía 1.737 cabeças de gado; da fazenda Piçarrão do Capitão Inácio da Luz que em 1766 ao vender sua propriedade localizada na barra do Rio das Velhas contava com 1.011 bois¹⁵; ou ainda, do Vínculo do Jaguará que, na ferra do gado realizada em outubro de 1805, possuía em todas as suas propriedades 1.968 cabeças.¹⁶

Vejamos agora os dados relacionados à arrecadação gerada pelos dízimos. Tentaremos através dela, perceber a maior ou menor importância das regiões em termos de geração de recursos para a Coroa portuguesa¹⁷ e também como um indicador (ainda que não muito seguro) do maior ou menor grau de mercantilização da produção agropecuária das comarcas.

Tabela 8

Rendimento total dos dízimos e número de pagadores por comarcas no triênio de 1765-1768

Comarcas	Freguesias	Nº. roças	% roças	Avanços em Mil-réis	% avanços	Média por pagador
CVR	20	1.585	27,40%	84.487\$762 ^{1/2}	34,20%	538\$305
CRM	15	1.435	24,80%	57.527\$737 ^{1/2}	23,30%	408\$089
CRV	19	2.110	36,50%	80.369\$362 ^{1/2}	32,50%	388\$090
CSF	2	653	11,30%	24.768\$375	10,00%	37\$930
Total	56	5.783	100,00%	247.144\$237 ^{1/2}	100,00%	42\$736

Fonte: "Mapa do rendimento trienal dos reais dízimos da capitania de Minas Gerais em o qual se mostram os ramos porque se acha dividido com distinção das comarcas, freguesias; às mesmas correspondentes número de roças de cada uma delas, totais de seus avanços que se umas vezes pela decadência das ditas são diminutos, pelo aumento de outras resultam sempre o mesmo ou maior rendimento prêmio de oito por cento que se dá aos avançadores ou dizimeiros do qual abatido se vê o líquido que resulta a Provedoria, as Ribeiras do Sertão e distintamente o gado que das mesmas se extrai para os referidos dízimos. Consiste o seu rendimento nos avanços que fazem os chamados roceiros, e quando se eximem dos mencionados se sujeitam a darem o dízimo dos frutos que colhem e gado que criam ou aliás o produto dos mesmos vendido pelo preço que corre no país além de uma oitava que pagam por cada escravo do chamado do verde" In: *Erário Régio de S.M.F*

A tabela 8 foi construída a partir do *Erário Régio de Sua Magestade Fidelíssima*, elaborado pelo contador da Junta da Real Fazenda, Francisco A. Rebelo. Este documento foi concluído em 1768 e se constitui em um balanço geral da situação financeira da Fazenda Real em Minas Gerais. Nele são analisadas a situação das receitas dos dízimos, das entradas, das passagens dos rios, dos ofícios de justiça, além de fazer um balanço das despesas da Junta da Fazenda. Encerra o documento três importantíssimos mapas estatístico-financeiros: o primeiro com o rendimento dos dízimos por freguesias e comarcas; o segundo com o rendimento das entradas por registros e comarcas; e finalmente, um mapa relacionando o ouro permutado em cada registro e comarca.¹⁸ O mapa estatístico do rendimento dos dízimos a partir do qual elaboramos a tabela 8, engloba o triênio de 1765-1768 em que a arrecadação desse imposto esteve a cargo da Fazenda Real.

Por estes dados podemos perceber que, apesar da comarca do Rio das Velhas concentrar a maior parte dos pagadores de dízimos (36,5%), era Vila Rica a comarca com maior capacidade de geração de recursos, respondendo por 34,2% do total dos dízimos arrecadados, contra 32,5% da região do Rio das Velhas. O que nos faz inferir que, pelo menos até aquela dada, Vila Rica era a comarca com maior grau de mercantilização de sua produção agropecuária. Reforça este argumento, o maior valor médio pago por contribuinte registrado também na comarca de Vila Rica. Enquanto a comarca do Rio das Velhas apresentava um valor médio por pagador de 38\$090 e Rio das Mortes de 40\$089, Vila Rica registrava 53\$305. Ou seja, na região de Vila Rica pagava-se um valor médio de dízimos 28,5% maior do que a média do Rio das Velhas, que era a comarca com maior número de contribuintes. Essa aparente contradição pode ser explicada pela presença de várias freguesias ligadas ao termo de Mariana que apresentavam uma forte vocação para a agropecuária, principalmente aquelas localizadas na região da Zona da Mata como era o caso, por exemplo, das freguesias de Guarapiranga e Rio Pomba.

No entanto, a localidade que apresentava a maior média de pagamento era uma freguesia que integrava a comarca do Rio das Mortes e que estava estrategicamente localizada na rota do circuito mercantil Rio de Janeiro-Minas Gerais. Os agricultores da freguesia do Caminho Novo pagavam em média 119\$149 de dízimos, valor 30,4% maior do que o segundo maior valor pago por freguesia, registrado na localidade de Itabira (CRV), que era de 82\$873. E ainda mais surpreendente, a freguesia do Caminho Novo pagava em média 64,1% a mais de dízimos do que a média da capitania. Talvez já apontando para a mudança de eixo e de direção que sofreria a produção agropecuária da capitania, que deixaria de se destinar preferencialmente para os distritos mineradores, para passar a abastecer o crescente mercado do Rio de Janeiro.

De Vila Rica ao rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas Colonial

Locus:
revista de
história,
Julz de Fora,
v. 11, n. 1 e 2,
p. 137-160, 2005

Infelizmente não dispomos de dados globais que nos permitam acompanhar o movimento do rendimento dos dízimos por comarcas ao longo do tempo. No entanto, é possível acompanhar o desempenho do número de pagadores e do valor arrecadado por freguesias. Ângelo Carrara apresenta dados bastante esclarecedores a este respeito. Pela tabela abaixo podemos acompanhar este movimento. Para isso selecionamos algumas freguesias das comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes para as quais temos dados mais completos. A tabela 9 foi construída a partir dos dados levantados por Carrara e, para o triênio de 1765-768, com as informações do “Erário Régio”. Pelos números apresentados por este autor e pelo mapa do “Erário Régio”, percebemos que a grande maioria das freguesias da capitania teve seus rendimentos em decréscimo, mesmo que, em alguns casos, o número de pagadores aumentasse.

Tabela 9
Rendimento dos dízimos nas freguesias das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes - 1751-1807

Freguesias	1751-3 ^a		1765-8 ^b		1784-6 ^a		1805-7 ^a	
	No.	Rendimento	No.	Rendimento	No.	Rendimento	No.	Rendimento
CVR								
Casa Branca	96	2:492\$063	40	1:441\$575	-	544\$350	46	112\$125
S. Bartolomeu	100	2:462\$400	36	1:443\$450	-	547\$950	136	174\$600
Cach. Campo	113	6:176\$513	73	3:815\$025	-	1:979\$850	88	337\$444
Congonhas	303	19:129\$387	353	23:313\$825	-	14:851\$350	-	-
Mariana	79	3:078\$675	52	2:416\$650	-	1:114\$988	-	-
Sumidouro	222	8:630\$625	130	6:694\$875	-	4:072\$275	216	515\$100
Piranga	424	10:820\$812	253	9:066\$113	-	9:045\$075	699	3:114\$863
São Caetano	81	3:152\$100	58	2:412\$525	-	2:859\$338	122	781\$013
Camargos	53	173\$738	28	2:003\$100	90	789\$863	-	-
Inficionado	124	3:974\$063	96	5:482\$088	157	3:486\$413	181	1:059\$113
Catas Altas	127	4:141\$500	61	3:901\$463	124	1:505\$400	-	-
Furquim/Barra	210	10:243\$012	174	8:603\$550	-	9:600\$038	342	2:005\$500
CRM								
São João	404	12:696\$300	259	10:835\$100	695	12:338\$250	-	-
Baependi	113	1:233\$075	53	1:259\$125	-	2:880\$713	-	-
Campanha	161	1:912\$050	53	1:662\$225	-	3:799\$950	-	-
Aiuuoca	164	2:442\$450	109	2:786\$025	-	5:239\$575	-	-
Sapucai	-	-	9	291\$975	-	1:141\$200	-	-
Cabo Verde	-	-	2	20\$400	-	901\$200	-	-
São José	216	5:542\$650	207	7:716\$487	398	7:997\$475	-	-
Prados	163	6:370\$350	118	5:288\$925	159	4:803\$413	217	1:686\$188
Carrancas	71	1:874\$175	33	1:942\$650	-	6:409\$800	-	-
Borda do Campo	181	5:900\$888	217	8:862\$263	394	8:632\$950	-	-
Itaverava	184	5:070\$375	140	5:527\$838	-	6:824\$100	-	-
Caminho Novo	19	2:832\$000	19	2:263\$838	-	2:094\$975	-	-

Fontes: a- CARRARA, Ângelo. *Op.cit.*, pp.191-192. b- “Mapa do rendimento dos dízimos...”. In: OLIVEIRA, Tarquínio J.B. de. *Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768*. Brasília, ESAF, 1976.

Reafirmando mais uma vez a mudança de eixo da economia da capitania, constatamos que, somente as freguesias da comarca do Rio das Mortes apresentaram aumento no rendimento dos dízimos, sobretudo aquelas situadas mais ao sul e que possuíam ampla possibilidade de expansão e de adequação para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Foi esse o caso, por exemplo, de Baependi, Campanha e Aiuruoca, que tiveram aumento significativo na arrecadação de dízimos. Entre 1751-3 a 1784-6, a arrecadação da freguesia de Baependi saltou de 1:233\$075 para 2:880\$713 (133% de aumento); em Aiuruoca o aumento foi de 115%, passando os dízimos de 2:442\$450 para 5:239\$575; e em Campanha de 1:912\$050 para 3:799\$950 (aumento de 99%). Infelizmente os dados sobre quase todas as freguesias do Rio das Mortes param no triênio de 1784-6. Acreditamos que no século seguinte estes números deviam ser bem mais expressivos, sobretudo após a fixação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro.

Apesar do dinamismo apontado pelo rendimento dos dízimos, mesmo na comarca do Rio das Mortes, encontramos freguesias que apresentaram decréscimo em sua arrecadação. Foi esse o caso de Prados, que de 6:370\$350 arrecadados em 1751-3 passa a 1:686\$188, mantendo praticamente o mesmo número de pagadores. O curioso é que Prados era uma das freguesias mais atreladas à mineração e das mais bem situadas em relação às demais localidades de exploração aurífera.

Nas freguesias da comarca de Vila Rica, a queda no rendimento dos dízimos surpreende pelo seu montante. São Bartolomeu, freguesia do termo de Ouro Preto, arrecadou no primeiro triênio analisado 2:462\$400 e no de 1805-7, 174\$600, embora tivesse aumentado o número de agricultores! Sumidouro, no termo de Mariana, de 8:630\$625 arrecadados em 1751-3 passa a 515\$100 em 1805-7!

Estes dados corroboram a tese de Robert Slenes acerca do efeito multiplicador que exerceram as atividades de exportadoras em Minas Gerais sobre a agropecuária. A diminuição do rendimento dos dízimos nas freguesias das zonas mineradoras centrais indica que o direcionamento dessa produção era mesmo a região das lavras e que, portanto, o dinamismo da agricultura mercantil em Minas esteve em íntima sincronia com o dinamismo da produção de ouro, pelo menos nas localidades que se encontravam mais afastadas dos centros consumidores localizados fora dos limites da capitania.

Já a comarca do Rio das Mortes, tão próxima ao Rio de Janeiro, e com características geográficas que favoreciam o desenvolvimento da agropecuária, teria outras possibilidades de direcionamento

De Vila Rica ao rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas Colonial

Locus:
revista de
história,
Julz de Fora,
v. 11, n. 1 e 2,
p. 137-160, 2005

desta produção, ou até mesmo, a razão de ser do estabelecimento de novas áreas agropecuaristas. A ocupação de novas regiões, principalmente no sul de Minas, pode ser percebida nos exemplos de Cabo Verde e Sapucaí, que não aparecem contribuindo em 1751-3, tem somente 2 e 9 contribuintes gerando respectivamente 20\$400 e 291\$975 em dízimos no triênio 1765-8, e em 1784-6 já arrecadavam 901\$200 e 1:141\$200.

Em resumo, acreditamos que todos estes dados, apesar de suas evidentes inconsistências, nos permitem afirmar que, pelo menos até o final da década de 1760, era Vila Rica a comarca de maior importância para a Coroa portuguesa dentro da capitania, garantindo a Minas Gerais a caracterização de região primordialmente aurífera e menina dos olhos da administração colonial, ainda que já se delineasse uma mudança de eixo da economia. No entanto, a partir da década de 1780 esse quadro foi profundamente alterado, passando a comarca do Rio das Mortes e as atividades agropecuárias a desempenharem o papel de eixo central da economia da capitania.

2. A estrutura produtiva revelada pelos inventários post-mortem

Nesta parte do trabalho pretendemos enfatizar as alterações já delineadas no item anterior utilizando um distinto conjunto de fontes: os inventários *post-mortem*. A proposta é tentar traçar um perfil da estrutura produtiva estabelecendo comparações no tempo entre os termos e comarcas estudadas: Mariana, Vila Rica (CVR), São João Del Rei e São José Del Rei (CRM). Para isto estaremos utilizando uma parcela dos inventários *post-mortem* agrupados no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana, no Arquivo da Casa do Pilar em Ouro Preto e no Museu Regional de São João Del Rei, tomados em amostragem de 10 em 10 anos. No caso de Mariana tomamos todos os inventários existentes para os anos terminados em 0; para Ouro Preto selecionamos os documentos dos anos terminados em 5; e para São João Del Rei e São José Del Rei os dos anos terminados em 2.

Inicialmente faz-se necessário um alerta em relação aos problemas metodológicos enfrentados. Pela própria natureza das questões que nos propusemos desenvolver neste estudo, era imprescindível uma delimitação temporal dilatada. Por outro lado, em um trabalho que pretende abarcar um período de tempo tão longo (1750-1822) utilizando dados seriais de natureza cartorária, torna-se necessário algum tipo de recorte das fontes. Por isso a amostragem de documentos tomados de 10 em 10 anos. Como seguimos a divisão administrativa da capitania, que têm alguns poucos termos como sede

de regiões muito amplas, há uma grande dificuldade em definir corretamente os locais precisos a que corresponde o inventário. Além disso, mesmo sendo possível fazê-lo, tornar-se-ia inviável a separação dos inventários por regiões geograficamente mais homogêneas já que o número de documentos seria pouco expressivo para cada uma delas. O ideal seria fazer o levantamento de todos os inventários existentes para o período e, aí sim, dividi-los por regiões homogêneas. Concretamente estaríamos falando de alguns milhares de documentos (só no caso de São João Del Rei e São José, seriam 3055 inventários), o que fugiria completamente das possibilidades desta investigação. Portanto, corremos o risco de fazer algumas generalizações que uma investigação mais minuciosa, que levasse em conta o que apontamos acima, poderia medir. Mesmo assim, acreditamos que as questões trabalhadas apresentam um grau bastante esclarecedor para o entendimento da dinâmica da economia mineira colonial.

Em trabalho anterior, propus uma periodização para o entendimento da economia mineira do período de 1750 a 1850 em Minas Gerais, que incluía três distintas fases econômicas.¹⁹ Dividi este período em três subperíodos. O primeiro, de 1750 a 1770, seria caracterizado como um período de auge minerador. Chamamos este período de auge minerador porque, apesar da produção do ouro ter atingido seu ponto máximo entre 1735-1739²⁰, no decênio de 1750 o pagamento da quota de 100 arrobas ainda fora até excedida, na década seguinte a média anual caíra para 86 arrobas, mas somente entre 1774-1785 é que a queda seria de fato brutal: 68 arrobas de média anual.²¹ Sendo assim, apesar de decrescente, a produção aurífera ainda era suficientemente importante para manter a mineração como atividade principal e conservar a sua estrutura produtiva pouco alterada, pelo menos até 1770. Acreditamos que só em meados do decênio de 1770 esse declínio começa a provocar uma rearticulação econômica intencional que poderá ser percebida a partir de 1780.

O segundo subperíodo, que vai de 1780 a 1810, caracterizamos como o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser o seu eixo central. A tendência à diversificação econômica presente nas unidades produtivas desde o período áureo da mineração seria, entre 1780 e 1810 definitivamente consolidadas. Nesse primeiro momento o objetivo era se auto-suprirem e comercializarem seus eventuais excedentes nos mercados locais – que não eram desprezíveis visto que Minas Gerais ainda tinha um grande contingente populacional herdado da “idade do ouro”.²²

Finalmente, entre 1820-1850, impulsionado pela existência de uma demanda interna relativamente grande e pelo

surgimento de novos mercados – principalmente o do Rio de Janeiro, alargado com a chegada da corte portuguesa –, esse processo conduziu a produção no sentido de uma economia mercantil de subsistência, extremamente dinâmica e efervescente, que tinha na mão-de-obra escrava o seu sustentáculo.²³

Ainda que neste trabalho estejamos nos atendo exclusivamente aos dois primeiros subperíodos, nos parece pertinente retomar esta periodização já que, os dados trabalhados no ítem anterior parecem confirmá-la e os que apresentaremos agora também. Salientamos principalmente a mudança de eixo que verificamos na década de 1780 dentro da capitania, seja em termos de distribuição da população livre e escrava, do grau de mercantilização da produção agropecuária ou da geração de receitas para a corôa portuguesa. Estabeleceremos assim, dois subperíodos para análise: 1750 a 1779, e 1780 a 1822.

A tabela abaixo vem referendar estas afirmações. A partir do monte-mor médio dos inventariados calculado por comarcas fica claro que, é exatamente na década de 1780, ou a partir dela, que as alterações regionais podem ser percebidas.

Tabela 10
Evolução do monte-mor médio por comarca em libras esterlinas 1750-1822

	Comarca de Vila Rica			Comarca do Rio das Mortes		
	Riqueza total	No. inv.	Média	Riqueza total	No. inv.	Média
1750/52/55	21.590,68	18	1.199,48	9.514,45	17	559,673
1760/62/65	17.741,06	20	887,053	*9.536,471	16	596,029
1770/72/75	22.210,47	28	793,231	9.211,20	17	541,835
1780/82/85	28.078,65	32	877,458	27.359,70	27	1.013,32
1790/92/95	*15.232,984	38	400,868	22.516,01	34	662,294
1800/02/05	25.818,69	49	526,912	23.911,06	36	664,196
1810/12/15	43.658,40	76	576,453	54.491,75	59	923,589
1820/22	34.822,00	64	544,094	47.158,85	59	799,303

* Nestes dois anos foram excluídos dois inventários que destoavam enormemente do conjunto. Fontes: Inventários post-mortem da CSM, da CPOP e do MRSJDR.

Também assinalando a mudança de eixo da economia na capitania, percebemos uma clara inversão na grandeza da riqueza possuída pelos inventariados das duas comarcas após os anos de 1780. Até esta data, a média de riqueza possuída pelos moradores da comarca de Vila Rica era, no mínimo, 32% maior do que o que possuíam os habitantes do Rio das Mortes. Após esta data, o monte-mor médio dos inventariados da comarca de Vila Rica seguiria um movimento constante de queda, enquanto no Rio das Mortes a riqueza média possuída aumentaria consideravelmente.

Quando tomamos os dados desmembrados por termos as conclusões são ainda mais reveladoras. Podemos perceber os diferentes ritmos com que cada uma das quatro localidades enfocadas (Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei e São José Del Rei) enfrentou a crise da mineração, principalmente quando levamos em conta a origem rural ou urbana dos inventários e a natureza mais urbana ou mais rural das regiões.

Para tanto, construímos uma tabela desmembrada em três partes que apresenta o monte-mor médio e o número médio de escravos encontrados para os quatro termos em cada um dos subperíodos considerando todos os inventários. Nas duas outras partes da tabela desmembramos estes valores entre os inventários exclusivamente urbanos (tabela 11.2) e aqueles classificados como UPs, ou seja, que desenvolviam algum tipo de atividade produtiva (tabela 11.3) e que, invariavelmente situavam-se no meio rural. Dessa forma poderemos avaliar em que medida a crise da mineração foi sentida nestes dois meios. É claro que muitos dos inventários classificados como UPs muitas vezes podiam possuir bens urbanos mas ainda assim o procedimento nos pareceu pertinente. Vejamos.

A primeira parte da tabela confirma o que já vínhamos argumentando anteriormente. A partir da década de 1780 há uma alteração no eixo da economia com a diminuição da grandeza da riqueza possuída pelos habitantes das duas comarcas. Mariana e Ouro Preto, termos da comarca de Vila Rica, têm os valores de seus montes médios gerais em decréscimo enquanto em São João e São José estes valores estão em ascensão.

Tabela 11

11.1. Monte-mor médio (em libras) e número médio de escravos por termos - todos os invs.

Períodos	Mariana			Ouro Preto			São João			São José		
	No. invs.	Monte	Escravos	No. invs.	Monte	Escravos	No. invs.	Monte	Escravos	No. invs.	Monte	Escravos
1º	34	1256,64	13	32	588,011	8	32	680,076	10	19	663,869	9
2º	192	700,422	9	68	565,84	9	145	745,584	10	70	943,21	14

11.2. Monte-mor médio (em libras) e número médio de escravos por termos - dos invs. exclusivamente urbanos

Períodos	Mariana			Ouro Preto			São João			São José		
	No. invs.	Monte	Escravos	No. invs.	Monte	Escravos	No. invs.	Monte	Escravos	No. invs.	Monte	Escravos
1º	5	169,313	2	14	285,225	5	8	183,533	3	1	286,925	7
2º	38	129,223	3	34	154,689	3	30	366,087	5	8	167,758	4

11.3. Monte-mor médio (em libras) e número médio de escravos por termos - das Ups.

Períodos	Mariana			Ouro Preto			São João			São José		
	No. invs.	Monte	Escravos	No. invs.	Monte	Escravos	No. invs.	Monte	Escravos	No. invs.	Monte	Escravos
1º	21	1005,72	17	14	735,059	11	14	635,661	15	12	668,323	10
2º	127	845,802	11	24	958,888	17	84	108193	14	53	115,14	16

Fontes: Inventários *post-mortem* da CSM, CPOP e MRSJDR.

Outra importante constatação diz respeito ao montante da riqueza média possuída pelos moradores das cidades, vilas ou arraiais e os habitantes do meio rural. Os moradores das cidades são em média muito mais pobres que os do campo. Em Mariana, no primeiro período, esta diferença era surpreendente: o monte médio de um inventário urbano não passava de 16,8% do valor da riqueza média de um proprietário do meio rural.

Olhando conjuntamente as tabelas 11.2 e 11.3, percebemos que Mariana foi o termo mais globalmente afetado pela crise da mineração. Tanto no campo quanto no meio rural registrou-se uma queda considerável na riqueza de seus habitantes. Do primeiro para o segundo período, nos inventários urbanos, a queda foi de 23,7%. No campo o decréscimo na riqueza média possuída foi menor, mas ainda assim significativa, chegando a 15,9%.

Em todos os demais termos houve dinamização do campo com a riqueza média possuída aumentando em todas as três localidades em questão. É possível que tal dinamização tenha se processado em função da produção pecuária bovina que teve presença marcante nos termos de São João, São José e mesmo em Ouro Preto, enquanto que em Mariana a principal produção pecuária era de suínos.

São João Del Rei foi o termo que melhor conseguiu enfrentar a crise da mineração. A região apresentou uma dinamização importante nos dois meios, o que confirma as afirmações dos viajantes do século XIX e também da historiografia mais recente. A vila que era a cabeça da comarca mais dinâmica da capitania a partir do último quartel do século XVIII, também era o termo que mais propiciava a seus habitantes maiores fortunas, fosse no campo ou na sede dos arraiais.

Em relação ao termo de Ouro Preto é preciso considerar que, a proporção dos inventários urbanos é muito superior às Ups, apresentando mesmo um aumento no segundo período. Por isso, apesar da dinamização do campo, é que se verifica a queda no monte médio geral. Vejamos a tabela 12.

Somente o termo de Ouro Preto tem o número de Ups em diminuição significativa. O que é facilmente explicável se levamos em consideração que era a mineração a atividade que mais se adequava ao campo do termo de Ouro Preto e, neste período, esta se encontrava em declínio. Comparativamente aos demais termos, as condições geográficas do conjunto do termo de Ouro Preto eram os menos favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária, embora alguns distritos estivessem plenamente adequados ao tipo de prática agropecuária desenvolvida na região.²⁴ Mariana mantém praticamente a mesma proporção e os termos da comarca do Rio das Mortes têm seu

percentual em elevação. Destacando-se São João Del Rei que, de 51,9% passa a ter 68,8% dos inventariados se dedicando a alguma atividade produtiva.

Para concluir este trabalho retomaremos as idéias básicas que o perpassaram. No decorrer da segunda metade do século XVIII, com a crise da produção do ouro, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia da capitania, anteriormente ocupado pelo ouro.

Decorrente deste rearranjo interno de atividade principal verificou-se uma redistribuição interna da população e dos recursos econômicos. Freguesias até então extremamente produtivas e em constante crescimento, deram lugar a outras que até a bem pouco tempo possuíam reduzido número de habitantes e menor interesse econômico, fosse para a coroa, ou para os habitantes das Minas. Assim, o peso das quatro comarcas da capitania também se alterou sensivelmente, tanto em termos da proporção da população nelas residente, quanto em relação à arrecadação que eram capazes de gerar para a administração colonial. Vila Rica que fora até então dominante cede lugar para a Comarca do Rio das Mortes que passa a concentrar a maior parte da população livre, da mão-de-obra escrava e da geração de recursos.

Em menor proporção, esse mesmo movimento de rearticulação interna da população e da produção na capitania de Minas, também se manifestou no interior das comarcas e dos termos, quando algumas localidades até então inexpressivas passaram a ter grande importância para a economia local. Foi este o caso de muitas localidades do Sul de Minas e da Zona da Mata.

Ainda que a maior parte da capitania tenha se ocupado da produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno, estabeleceu-se uma grande diferença nas dimensões da produção de cada comarca e no direcionamento desta mesma produção. No caso das duas comarcas em estudo, verificamos que no Rio das Mortes a produção mercantil de alimentos era muito superior à de Vila Rica e era destinada ao abastecimento do Rio de Janeiro. Os dados da pesquisa corroboram a tese de Robert Slenes acerca do efeito multiplicador que exerceram as atividades de exportadoras em Minas Gerais sobre a agropecuária. A diminuição do rendimento dos dízimos nas freguesias das zonas mineradoras centrais indica que o direcionamento dessa produção era mesmo a região das lavras. Nessas localidades que se encontravam mais afastadas dos demais centros consumidores, o dinamismo da agricultura mercantil esteve em íntima sincronia com o dinamismo da produção de ouro.

Já a comarca do Rio das Mortes, tão próxima ao Rio de Janeiro, e com características geográficas que favoreciam o desenvolvimento da agropecuária, teria outras possibilidades de direcionamento desta produção, ou até mesmo, a razão de ser do estabelecimento de novas áreas dedicadas a estas atividades.

TABELA 12
Classificação dos inventários por termos e comarcas nos dois períodos

Local	1750-1779						1780-1822									
	UPs		Urbanos		Comércio*		Total	S/iden.	UPs		Urbanos		Comércio		Total	S/iden.
	Nos.	%	Nos.	%	Nos.	%			Nos.	%	Nos.	%	Nos.	%		
Mariana	21	72	5	17	3	10	29	5	127	72	38	22	11	6	176	16
O.Preto	14	48	14	48	1	3,4	29	3	24	38	34	54	5	8	63	5
CVR	35	60	19	33	4	6,9	58	8	151	63	72	30	16	7	239	21
S.João	14	52	8	30	5	19	27	7	86	69	30	24	9	7	125	22
S.José	12	80	1	6,7	2	13	15	2	51	81	8	13	4	6	63	5
CRM	26	62	9	21	7	17	42	9	137	73	38	20	13	7	188	27
Total	61	61	28	28	11	11	100	17	288	67	110	26	29	7	427	48

* Inclui também os inventários classificados como rentistas.
Fonte: Inventários post-mortem da CSM, CPOP, MRSJDR.

Abstract

This work analyses economic production in Minas Gerais from 1750 until 1822. It sheds light on the economy of Minas Gerais' "capitania" during the gold mining crisis and is a comparative analysis of Ouro Preto's and Rio das Mortes' "comarcas", which represented different economic options available to the "capitania" at the time.

Key-words: Minas Gerais – Slavery – Colonial economy – Economic diversification

Notas

¹ Uma versão deste texto foi apresentada nas Segundas Jornadas de História Regional Comparada, que ocorreu em outubro de 2005 na PUCRS.

² Dentre vários outros estudos destacam-se: LENHARO, Alcyr. As tropas da moderação. São Paulo: Símbolo, 1979. GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). Revista do Departamento de História. Belo Horizonte, n.2, jun.1986; CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807). Rio de Janeiro, 1997. Tese de doutorado. Departamento de História da UFRJ; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999; ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial*. Niterói, 2001. Tese de doutorado. Departamento de História da UFF.

³ Grifo meu. AHU/MAMG, cx.95, doc.74 (AHU/MAMG: Arquivo Histórico Ultramarino / Manuscritos Avulsos de Minas Gerais. Daqui para frente citarei a abreviatura)

⁴ Os trabalhos com listas nominativas há muito que apontam para este fenômeno. Carrara também sugere esta situação.

- ⁵ Mais do que uma especialização regional, tratava-se de fato de uma maior ou menor vocação para este tipo de atividade, já que, como demonstramos em outro trabalho, predominava em toda a região as unidades produtivas diversificadas. Ou seja, aquelas propriedades que desenvolviam internamente várias atividades ao mesmo tempo. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Niterói: UFF-Departamento de História, 1994. Dissertação de mestrado.
- ⁶ Pode-se sugerir ainda que os resumos teriam sido utilizados como material para a elaboração do Erário Régio de autoria de Francisco Rabelo.
- ⁷ AHU/MAMG, cx. 93, doc. 58. Os dados sobre a população, trabalhados acima para o ano de 1767 também se referem a um dos mapas que integram esta documentação.
- ⁸ Tais dados só podem ser tomados como tendências, já que, representam aquelas atividades que os elaboradores do resumo julgaram as de maior destaque dentro das propriedades.
- ⁹ Especificamente para a questão do Distrito Diamantino ver: BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, principalmente o cap.8; e FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde; a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: Anna Blume, 1996.
- ¹⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII*. DEHIS/UFOP. Relatório de Pesquisa. p.5.
- ¹¹ *Idem*.
- ¹² O que faz sentido se lembrarmos o comentário anterior sobre a descoberta mais tardia das minas de Paracatu.
- ¹³ CARRARA, Op. cit., p.159-160.
- ¹⁴ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na construção da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado, Departamento de História – UFF, p.98.
- ¹⁵ CARRARA, Op.cit., p. 160.
- ¹⁶ *Idem.*, p.281.
- ¹⁷ Excetuando-se, é claro, a arrecadação dos quintos.
- ¹⁸ O original deste documento integra a Coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro. Usaremos aqui a edição fac-símile publicada em 1976 pela Escola de Administração Fazendária com comentários e organização de Tarquínio J. B. de Oliveira. OLIVEIRA, Tarquínio J.B. de. *Análise e organização do Erário Régio de Francisco A. Rebelo, 1768*. Brasília, ESAF, 1976.
- ¹⁹ Esta proposta de periodização pode ser melhor visualizada em: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op.cit.* (1994) e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. LPH: Revista de História, n.5, 1995, pp.88-111.
- ²⁰ PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, 1979. apud. MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

²¹MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.65.

²²LIBBY, Douglas Cole. "Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX". *Revista do Departamento de História*. B.H., FAFICH-UFMG, no 9, 1989, p.156.

²³Esta periodização e sua caracterização mais detalhada pode ser vista em: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. cit.*, pp. 73-101.

²⁴ Congonhas, por exemplo, que pelo mapa resumo de 1767 contava com 353 roças pagando dízimos.